



Câmara dos Deputados
Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES
Consultoria Legislativa – CONLE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

PLANO DE TRABALHO 2021

“TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO: o uso de tecnologias e as novas formas de ensino-aprendizagem”

Relatoras:

Deputada Angela Amim (PP/SC)

Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)

PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO

Este documento tem por objetivo consolidar as seguintes propostas, apresentadas em 2021, ao Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedes da Câmara dos Deputados:

1. Transformação Digital na Educação – Dep. Ângela Amim
2. Formação do Magistério – Dep. Prof. Dorinha S. Rezende

A proposta Transformação Digital na Educação questiona a) o modelo clássico de aulas expositivas em sala de aula e como se dá de fato um aprendizado permanente e relevante para as transformações da sociedade contemporânea, digital, colaborativa e desigual, em outras palavras, como ensinar para que todos aprendam; b) como a tecnologia pode ser usada para transformar a educação formal em um processo mais ativo, personalizado, flexível e condizente com as novas formas de se ensinar, sem o risco de se tornar em mais um artifício caro.



Câmara dos Deputados
Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES
Consultoria Legislativa – CONLE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Em resumo, a proposta busca compreender como transformar a educação tradicional, passiva e homogênea, e como a tecnologia pode acelerar esse processo. Trata-se de como desenvolver uma política de promoção do uso de tecnologias na educação, expressão que nos parece mais ampla que transformação digital e que mantém o protagonismo da educação. Essa proposta coaduna-se com o grande desafio de elevar a qualidade da aprendizagem em um contexto de aguda desigualdade social e por meio de estratégia que possa acelerar o atingimento da meta de educação de qualidade para todos.

A segunda proposta constitui-se em um dos pilares para os objetivos da primeira. A formação do magistério, e também dos demais profissionais da educação que atuarão na gestão de instituições de ensino de nível básico e superior, é essencial para essa transformação. É preciso compreender como se dá o uso da tecnologia na formação dos professores e como as novas metodologias de ensino ativas, que podem ser potencializadas com o avanço tecnológico, são ensinadas, absorvidas e vivenciadas por eles durante sua formação inicial e continuada. Os demais profissionais da educação também precisam formar-se nessa nova abordagem, que exige mudanças não apenas na sala de aula, mas também na estrutura da escola. O estudo poderá questionar como capacitar os professores e demais profissionais da educação em escala e tempo, e como novas formas de interlocução e articulação com as instituições de ensino superior e com os sistemas de ensino dos entes federativos podem ser estabelecidas para se atingir esse objetivo.

Acrescentaríamos a essas propostas o estudo de subtemas como a infraestrutura de conectividade das escolas e o financiamento de soluções de conectividade, cujo debate é essencial para subsidiar as demais questões educacionais.

As propostas em exame dão continuidade, com foco no processo de ensino-aprendizagem, às questões educacionais levantadas no estudo Cidades Inteligentes (2021), que demonstrou a imprescindibilidade de um capital humano qualificado não apenas para a qualidade de vida dos munícipes, mas também



Câmara dos Deputados
Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES
Consultoria Legislativa – CONLE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

para a solução inteligente e criativa dos problemas da cidade e a inserção econômica de todos na fase atual da civilização, onde conectividade e uso da tecnologia encontram-se no centro dos processos de produção, criação e comunicação.

Na ocasião, foi apresentado panorama que identificou os desafios da educação na sociedade 4.0, aspecto que não foi aprofundado, pois o foco não era o processo educativo, mas a educação como um dos eixos estruturantes das cidades inteligentes. O capítulo 4 do estudo mencionado destacou, em suas considerações finais, por exemplo, que a formação inicial dos docentes da educação básica ainda não havia incorporado de forma sistemática o uso de tecnologias na educação e de metodologias de ensino mais modernas, assim como apontou que essa desatualização era também reflexo da ausência de uma política nacional de inovação e tecnologia na educação que fosse ampla, concedesse prioridade a essa pauta e contasse com recursos permanentes. Uma das possíveis razões indicadas para que os avanços regulatórios e os diagnósticos fixados em instrumentos legais — como o Plano Nacional de Educação e a Estratégia Brasileira de Transformação Digital — não avançassem foi a ausência de um regime de cooperação federativa mais efetivo na área da educação, dadas as diferentes, complementares e supervenientes competências educacionais dos entes federados.

A proposta de estudo em exame permitirá um estudo focado no processo educativo. A pertinência das propostas mostra-se na sua convergência com a agenda prioritária na área de educação, na qual se discute o ensino híbrido e remoto, os desafios de conectividade de escolas, alunos e professores, a formação dos docentes para uso da tecnologia e novas formas de articular os diferentes sistemas de ensino para dar efetividade às políticas educacionais.

Além disso, o momento também é relevante, pois observamos que não há consenso sobre o uso da tecnologia na educação e sobre como ela deveria ser implementada, o que acaba por paralisar, em grande medida, o apoio às políticas em andamento. Isso pôde ser observado nas declarações do



Câmara dos Deputados
Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES
Consultoria Legislativa – CONLE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Ministério da Educação, na Comissão Mista do Congresso Nacional Covid-19, em 2020. Em uma das reuniões, a pasta declarou que estaria em processo de revisão da política de tecnologia na educação, mais especificamente o Programa de Inovação e Tecnologia na Educação (Piec) — que não seria o mais apropriado, na visão do Ministério —, e que estudava outras possibilidades.

Acreditamos que o momento é mais que oportuno, face o desafio da aprendizagem, as dificuldades de utilização da tecnologia no processo educacional e o atraso da educação e das escolas no âmbito da estratégia de transformação digital do país, fatores que juntos paralisaram a educação brasileira na pandemia.

Feitas essas considerações, propomos a consolidação a seguir.

- 1. Nome do Estudo: Transformação Digital na Educação: o uso de tecnologias e as novas formas de ensino-aprendizagem.**
- 2. Objetivo geral:** Identificar os pilares de uma política nacional de tecnologia na educação (elaborar os fundamentos normativos da transformação digital na educação)
- 3. Objetivos específicos:**
 - a) Compreender as mudanças nas formas de se ensinar, aprender e formar no século XXI;
 - b) Identificar os elementos que devem compor uma política de tecnologia na educação (ou transformação digital);
 - c) Demonstrar o potencial das tecnologias digitais na educação;
 - d) Analisar o conceito de letramento digital; e
 - e) Conhecer diferentes políticas de tecnologia na educação, especialmente em países com características federativas e populacionais as mais próximas do nosso;
 - f) Avaliar impactos do uso de tecnologias na educação básica e na superior, bem como na formação docente para a educação básica;



Câmara dos Deputados
Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES
Consultoria Legislativa – CONLE

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA EDUCAÇÃO

- g) No âmbito da educação superior, analisar a aplicação de tecnologias na formação de profissionais de saúde;

4. Coordenações temáticas:

- a) Transformação digital na educação básica;
- b) Transformação digital e formação de professores e demais profissionais da educação na educação básica;
- c) Transformação digital na educação superior;
- d) Transformação digital e conectividade: desafios para instituições de ensino e para alunos; e
- e) Financiamento de políticas de transformação digital na educação.

5. Atividades que serão desempenhadas:

- a) Ciclos de debates com especialistas;
- b) Reuniões periódicas;
- c) Acompanhamento das proposições legislativas e das políticas públicas relacionadas ao tema;
- d) Realização de *webinars* com especialistas;
- e) Convite para artigos; e
- f) Publicação dos principais achados e conclusões sobre o objetivo principal: identificar e elaborar os pilares de uma política nacional de tecnologia e transformação digital na educação.

6. Período de realização:

De junho de 2021 a junho de 2022.